

CONTRATO ESTATAL N.º 041/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E PROCESSAMENTO DE DADOS PARA O QUINTO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA - 5CRTP, REFERENTES A ESTRUTURA TARIFÁRIA, PERDAS TÉCNICAS REGULATÓRIAS, PESQUISA DE POSSES E HÁBITOS DE CONSUMO; NÍVEL TARIFÁRIO — CÁLCULO DA RECEITA REQUERIDA; ANÁLISE DE IMPACTO E CONTROLES, PROCESSAMENTO DE DADOS DA CVA, que entre si celebram a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E CONSULTAR - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES.

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.525.127-8/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 911.237.479-20, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **CONSULTAR - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES**, sediada na Rua Pedro Pieretti, nº 070, Jardim Botânico, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.890.765/0001-93, neste ato representada, pelo Sra. **IÁRA LENUZZA DE OLIVEIRA SOBROSA**, portadora do RG nº 1.424.875 (SSP DF), inscrita no CPF/MF sob o n.º 436.920.280-91, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de consultoria e processamento de dados para o quinto Ciclo de revisão tarifária periódica - 5CRTP, referentes a Estrutura Tarifária, Perdas Técnicas regulatórias, Pesquisa de Posses e hábitos de Consumo; Nível tarifário — Cálculo da

Receita requerida; Análise de impacto e controles, processamento de Dados da CVA.

1.1.1 - Consultoria e processamento de dados da CVA, para o reajuste anual de 2020. Consultoria para confirmação e conferência dos valores pagos referente à compra de energia, devido a Companhia não estar mais na condição de suprida. Consultoria, processamento de dados e formatação de arquivos em conformidade com os modelos exigidos pela ANEEL. Acompanhamento até o final do processo da revisão tarifária.

1.1.1.1. Estrutura Tarifária

i. **Caracterização da Carga:** inclui o suporte à Campanha de Medidas, com análise da sazonalidade da carga e período de carga máxima do sistema, definição de estratos conforme PRODIST, cálculo e sorteio da amostra, acompanhamento da execução da campanha, análises das medições e definição das curvas típicas. Deve incluir também a elaboração dos Relatórios de Campanha de medidas e de Tipologia de Carga com estruturação dos dados no padrão solicitado pela ANEEL, em atendimento às regras definidas no PRODIST.

ii. **Cálculo dos Custos das Redes:** a Consultoria deverá orientar o levantamento das informações necessárias ao cálculo do custo de reposição para o cálculo dos custos das redes de distribuição por nível de tensão. Os consultores deverão orientar a COCEL no atendimento a todas as solicitações da ANEEL no que se refere ao cálculo dos Custos médios das redes consolidando os resultados obtidos.

iii. **Cálculo dos Custos de Uso do Sistema de distribuição:** A partir dos custos de reposição das redes e da caracterização da carga de cliente e redes deverão ser calculados pelos consultores os Custos de Uso do Sistema de Distribuição de cada cliente tipo. Nesta etapa, se necessário, deverão ser realizadas simulações dos custos com redes desmoduladas para avaliação da melhor alternativa para proposta do sinal econômico.

iv. **Proposta de estrutura tarifária:** Definidos os Custos de Uso do sistema de distribuição deverão ser feitas as simulações de impacto tarifário, e elaborada proposta de Estrutura tarifária em conjunto com a equipe da COCEL, considerando a definição do "período de ponta" relação entre os postos Ponta e Fora de ponta para tarifas da alta tensão e também propostas para a tarifa Branca, considerando no mínimo as flexibilizações permitidas pelo regulador.

v. **Suporte à contribuição na Audiência Pública:** A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à Estrutura Tarifária dando suporte técnico à



contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão, inclusive no caso de recurso administrativo.

1.1.1.2. Perdas Técnicas regulatórias

- i. **Extração dos dados:** A consultoria deverá orientar a COCEL para a extração dos dados do sistema o qual a rede de distribuição está representada.
- ii. **Análise de compatibilidade da rede elétrica:** a consultoria deverá realizar análise prévia do BDGD para verificação da integridade física da rede (faseamento, ilhamentos, conexões e outros).
- iii. **Simulação prévia das perdas técnicas regulatórias:** a consultoria deverá realizar a simulação prévia antes da entrega das informações à ANEEL.
- iv. **Preparação dos dados para exportação no formato exigido pela ANEEL.**
- v. **Suporte à contribuição na Audiência Pública:** A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição das Perdas Regulatórias dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão, inclusive no caso de recurso administrativo.

1.1.1.3. Pesquisa de Posses e hábitos de Consumo

- i. Apresentar uma proposição para o Questionário a serem aplicados as seguintes classes de consumidores de baixa tensão:
 - a. Residenciais
 - b. Comerciais
 - c. Industriais
 - d. Rurais,
- ii. O questionário deverá ser sucinto, com perguntas e respostas objetivas para que possa ser aplicado aos clientes sorteados na amostra.
- iii. Cada questionário deverá ser composto por um conjunto de questões, além de uma tabela de posse de equipamentos para preenchimento de quantidade e horários típicos de uso.
- iv. Os questionários poderão ser ajustados para atender necessidades específicas da **CONTRATANTE**.
- v. A pesquisa em campo será realizada sob responsabilidade da CONTRATANTE.
- vi. Durante a campanha a CONTRATANTE enviará para a contratada os questionários de PPH, compilados em arquivo Excel por unidade consumidora para análise e validação.

vii. Com base nos dados compilados deverá ser elaborado pela contratada relatório com as análises efetuadas e conclusões obtidas a partir das análises dos questionários da PPH apresentando a Tabulação dos resultados e análise estatísticas das respostas de cada questão.

1.1.1.4. Nível tarifário — Cálculo da Receita requerida

i. **Cálculo da Parcela A:** Considerando as regras previstas no Contrato de Concessão e nos PRORET's, e considerando modelo da Consultoria deverão ser calculados os itens de custo:

1. Base Econômica:

- a. Compra de Energia CE: considerando os contratos de energia, regras de limites de repasse e as perdas regulatórias definidas no módulo anterior;
- b. Transporte de Energia- CT: considerando as regras de repasse dos itens de custo como CUST, CUSD, Conexão, os que houverem;
- c. Encargos setoriais - CES: considerando os valores homologados para a COCEL.

2. Base Financeira:

- a. Contas de Valores da Parcela A- CVA: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
- b. Neutralidade de encargos: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
- c. Saldo da CVA a compensar do ano anterior: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
- d. Sobrecontratação e ajuste financeiro de curto prazo, se houver;
- e. Demais itens.

ii. **Cálculo da Parcela B:** Considerando a metodologia aprovada para o 4^o CRTP, a consultoria deverá calcular com base nas informações da COCEL:

1. Para a definição do CO:

- a. Custos Operacionais- CO;
- b. Receitas Irrecuperáveis- RI;
- c. Outras receitas - (OR.

2. Para a definição do CAA, considerando a Base de Remuneração Regulatória e o percentual de depreciação regulatória apurada pela COCEL:



- a. Remuneração do Capital - RC;
- b. Quota de Reintegração Regulatória- QR;
- c. Custo Anual dos Bens Móveis e Imóveis-CAIMI.
- iii. **Definição da Receita Requerida:** Cálculo da Receita Requerida, da Receita Verificada e do índice final de Reposicionamento.
- iv. **Suporte à contribuição na Audiência Pública:** A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição dos itens acima referentes ao Nível tarifário e definição da Receita requerida², dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão, inclusive no caso de recurso administrativo.

1.1.1.5. Análise de impacto e controles

- i. **Abertura Tarifária:** Considerando a estrutura definida e o nível de receita a consultoria deverá simular a abertura das tarifas nas componentes tarifárias por item de custo da TUSD e TE, na Base econômica, Base financeira e CVA.
- ii. **Análise de Impacto:** Com o mercado do período de referência referente as componentes de TUSD e TE e as tarifas definidas a consultoria deverá apurar o efeito para os clientes por tensão e subgrupo tarifário.
- iii. **Controle de financeiros ciclo 2021-2022:** A consultoria deverá elaborar planilha de controle de financeiros para o ciclo posterior ao RTP, com acompanhamento dos três meses posteriores e orientações via e-mail para suporte a contabilização dos valores .

1.1.1.6. Consultoria e processamento de dados da CVA, para o reajuste anual de 2020. Consultoria para confirmação e conferência dos valores pagos referente à compra de energia, devido a Companhia não estar mais na condição de suprida.

Cronograma geral

- i. Serviços de consultoria e processamento de dados da CVA iniciam-se na assinatura do contrato, devendo ser entregue o relatório até a data de **29/05/2020**.
- ii. Serviços de consultoria/assessoria iniciam-se em maio de 2020 com acompanhamento da Campanha de medidas até o final da RTP-Revisão Tarifária Periódica conforme Submódulo 10.1 do PRORET, atendendo os prazos definidos neste modulo, para encaminhar os dados para Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estendendo-se até **agosto de 2021**.



Reuniões presenciais

- i. Reunião Inicial — 4 horas;
- ii. Reunião de Acompanhamento e Suporte aos Processos de RTP a ser previamente agendada- 8 hs;
- iii. Reunião Final para entrega de relatórios e apresentação de resultados- 4hs.

1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 014/2020** e da Proposta Comercial de 15/04/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - **Edital de Licitação n.º 014/2020**, de 26 de março de 2020 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 - O preço total, fixo e irrevogável, para a prestação de serviços, objeto deste contrato é o apresentado no lance da **CONTRATADA**, devidamente aprovada pela **CONTRATANTE**, o qual totaliza o valor de **R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)** para o **item 1.1.1**.

3.2 - É vedado a **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos necessários para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

3.3 - Os preços contemplam todos os custos, tributos e encargos incorridos pela **CONTRATADA** para o completo fornecimento e operacionalidade do objeto contratado, tais como os pagamentos das obrigações legais, fiscais e trabalhistas, seguros, substituição tributária ICMS, despesas com equipamentos de apoio, meios de comunicação, hospedagem, veículos, combustível, manutenção, etc., quando aplicável, de acordo com as Especificações Técnicas, despesas com viagens,

hospedagens e alimentação do consultor ou consultores nas três reuniões presenciais a serem realizados na sede da CONTRATANTE.

3.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA: PRAZO DE VIGÊNCIA E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato tem vigência de 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2 - O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado em 16 (dezesesseis) parcelas mensais e iguais, mediante apresentação da nota fiscal à **CONTRATANTE**, apuráveis através da competente medição e fiscalização do Gestor do Contrato.

4.3 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA OITAVA.

CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

5.1.1 - Prestar os serviços previstos na Cláusula Primeira do presente contrato de acordo com as especificações e prazos previstos no Anexo I do Edital de Licitação;

5.1.2 - Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade e quantidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

5.1.3 - Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos, encargos sociais e trabalhistas advindos da presente contratação;

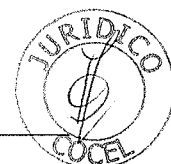
5.1.4 - Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** referentes à execução dos serviços e às medidas a serem adotadas pela mesma para o perfeito aproveitamento das atividades a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**;

5.1.5 - Manter durante a execução deste contrato as condições exigidas para a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas – regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária, apresentando sempre que solicitado, a respectiva documentação/certidão comprobatória.

5.1.6 - Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do cumprimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:



6.1.1 - Fornecer à **CONTRATADA** informações e especificações necessárias à correta execução dos serviços.

6.1.2 - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços.

6.1.3 - Efetuar à **CONTRATADA** o pagamento da aquisição na época de sua exigibilidade.

6.1.4 - Se o pagamento for feito com atraso por culpa da **CONTRATANTE**, este será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata temporis, limitada a 2%.

CLÁUSULA SÉTIMA: PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 - O presente contrato tem vigência de 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único: O término do prazo de vigência deste Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que seu exercício se dê após o término do referido prazo.

CLÁUSULA OITAVA: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

8.1 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela **CONTRATANTE** e aceitas pela empresa Contratada;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da **CONTRATANTE**;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, mediante acordo entre as partes;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou

retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

8.2 - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

8.3 - A **CONTRATADA** notificará a **CONTRATANTE**, por escrito, sobre a causa de qualquer atraso.

8.4 - A comunicação da ocorrência do fato gerador deve ser feita em até 24 (vinte e quatro) horas após, se tratar de caso fortuito ou força maior.

8.5 - Nas demais ocorrências que possam também causar atrasos, a comunicação deve ser feita em até 05 (cinco) dias corridos do fato gerador.

8.6 - Em ambas as hipóteses, a comunicação deve sempre ser feita antes do vencimento do prazo do CONTRATO, sob pena de ser caracterizado o inadimplemento com a consequente aplicação das penalidades nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA, sem prejuízo de outras cominações legais previstas neste CONTRATO ou na lei.

8.7 - Ao receber tal notificação da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** apreciará os fundamentos de fato e de direito, em especial os documentos comprobatórios do evento e a extensão do atraso. Se os fundamentos apresentados pela **CONTRATADA** forem aceitos, a **CONTRATANTE** decidirá sobre a extensão da prorrogação de prazo a ser concedida.

8.8 - São de competência exclusiva da **CONTRATANTE** o julgamento e a decisão sobre qualquer prorrogação de prazo.

CLÁUSULA NONA: PENALIDADES

9.1 - A inexecução parcial ou total do contrato, no prazo assinalado, importará na aplicação à **CONTRATADA** de multa diária na ordem de 0,2% sobre o valor dos itens em atraso, limitada a 6% (seis por cento).

9.2 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto no subitem 9.1 não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a **CONTRATADA** da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do presente contrato.

9.3 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 – Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

9.5 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.6- As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

I - por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

9.7 - Na aplicação das penalidades, a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: LEIS E REGULAMENTOS

12.1 – A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto

suas como de seus profissionais.

12.2 - A CONTRATADA será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

12.3 - Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: NOVAÇÃO

13.1 - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

13.2 - Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

14.1 - As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global de **R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

14.2 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil
18996	1984

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: GESTOR DO CONTRATO

15.1 - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o Sr. **CARLOS CONRADO KRZYZANOVSKI**, Diretor Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a

outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, 05 de maio de 2020.



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente



**CONSULTAR – CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIEDADE
SIMPLES**

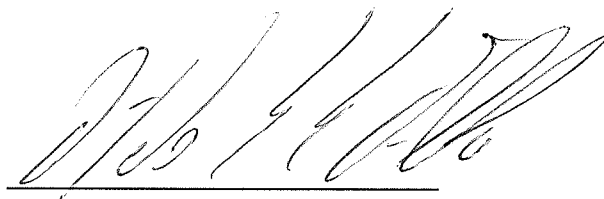
Iára Lenuzza de Oliveira Sobrosa

TESTEMUNHAS:



Nome:

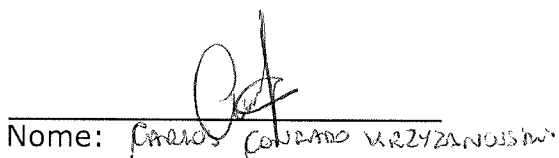
CPF:



Nome: OTELO SOBROSA FILHO

CPF: 457 620 740 - 72

GESTOR DO CONTRATO:



Nome: Paulo Roberto Vaz de Almeida

CPF: 016.771.319-18